



ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM E SUAS PERSPECTIVAS

Landscape Archaeology and its Perspectives

Gabriel Arriel Pedrozo

Graduado em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande. Mestrando em História pela Universidade Federal de São João del-Rei

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2829-3242>

gabrielarqueo@hotmail

Artigo recebido em mai/2023 e aceito em ago/2023

RESUMO

Neste ensaio, é feita uma revisão crítica da evolução do conceito de paisagem – muito comum na Geografia – no campo da Arqueologia, desde suas origens até as perspectivas contemporâneas, passando por distintos paradigmas. São analisadas as diferentes abordagens arqueológicas que interpretaram a relação entre as sociedades humanas e o ambiente. São destacadas as implicações teóricas e metodológicas do conceito de paisagem, bem como os desafios de integração do conceito atualmente.

Palavras-chave: Paisagem; Arqueologia; Geografia; Relação sociedades humanas e ambiente.

ABSTRACT

In this essay, a critical review is conducted on the evolution of the concept of landscape – very common in Geography – in Archaeology, from its origins to contemporary perspectives, encompassing distinct paradigms. Various archaeological approaches that have interpreted the relationship between human societies and the environment are analyzed. The theoretical and methodological implications of the landscape concept are emphasized, as well as the challenges of its current integration.

Keywords: Landscape; Archaeology; Geography; Relationship between human societies and the environment.

1. INTRODUÇÃO

Na geografia, existem distintas interpretações do conceito de paisagem, bem como suas múltiplas abordagens, resultando em tendências que demonstram que o entendimento da paisagem está sujeito a influências culturais e discursivas entre os geógrafos (SCHIER, 2003). Na arqueologia,

por ser uma ciência das humanidades, tal como a geografia, encontra-se num cenário teórico e contextual semelhante. Arqueologia por tratar-se de uma ciência cujo foco esteja – em certa medida – no estudo dos artefatos e os seus ambientes contextuais, o estudo da paisagem tem ganhado ênfase desde os primeiros passos da ciência arqueológica, em Pompéia. Haja vista que as representações da paisagem no Ocidente já estavam consolidadas no surgimento da arqueologia moderna no séc. XVIII.

Em 4 de maio de 1771, um jovem alemão havia saído de casa por motivo de trabalho, o chegar a uma determinada localidade, ele de antemão escreveu ao seu amigo uma carta, na qual relatava os seus sentimentos diante daquela nova paisagem, ressaltando o quanto ela o alegrou com suas feições paradisíacas, as quais teciam uma conexão entre ele e aquele novo panorama que lhe era pintado pelos seus olhos. Esse rapaz era Werther, protagonista da obra de Johann W. Goethe, *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (2014). Mais tarde, em *Viagem à Itália* (2017), Goethe, iria desenvolver com mais profundidade a relação do humano e a paisagem, destacando a harmonia existente entre a arte e a natureza (BESSE, 2006). O cotidiano das cidades, bem como a comunicação de costumes e maneiras de utilizar os espaços públicos, celebram essa harmonia de cultura e natureza (ARRAES, 2018).

Não apenas Goethe, mas inúmeros autores de épocas distintas, tais como Homero, Virgílio e Petrarca, também escreveram sobre a paisagem. Obviamente, os aspectos do mundo material são importantes para o ser humano, não por acaso que o *Manual de Antropologia Filosófica* de Wolfgang Pleger inicia com a seguinte frase “*Para o ser humano o mundo é incontornável a priori material de sua vida. Isso significa que a existência desse ser pressupõe a do mundo, não o contrário* (PLEGER, 2019, p. 11). Em termos mais materiais, a arqueologia considera a paisagem – especialmente no Holoceno – como um elemento de co-evolução, onde marcas e interações antrópicas possuem evidências perceptíveis, e para o geoquímico George Rapp (2007) compreensão completa da cultura e da mudança cultural não é possível sem uma apreciação do contexto ambiental. Os humanos vagaram, trabalharam e causaram impactos contínuos na paisagem, a compreensão dessas alterações em um ambiente não estático, trata-se de uma das áreas da geoarqueologia (WILSON, 2011). Essas relações se manifestam, por exemplo, desde a expressiva capacidade humana na formação de solos, por meio de intensivo acúmulo de sedimentos (ARAUJO, 2008), ou mesmo no manejo e gestão de araucárias no Sudeste por populações pretéritas (BITENCOURT, 2006).

A relação do homem com a paisagem é tão profunda pode ser visualizada nas evidências mais antigas do homo sapiens, como o grafismo rupestre de Borneo, na Oceania (AUBERT, 2018) que trazem elementos observacionais do cotidiano, com destaque a paleofauna e a navegação. Não por mero acaso que Denis Dutton tenta explicar em *The Art Instinct* (2010) o nosso gosto pela paisagem bucólica como algo implantado em nós pelas exigências ambientais do Pleistoceno. Até mesmo nas pinturas renascentistas – agora direcionando para um tempo mais recente –, com destaque para

Pieter Brueghel, como também na cartografia desse período histórico (século XVI), é possível encontrar contribuições ao desenvolvimento do conceito de paisagem, o qual é trabalhado de forma significativa por ambas as áreas (BESSE, 2006). Na análise do filósofo Jean-Marc Besse (2006), quando o europeu entrou, no momento das grandes navegações e “nos descobrimentos”, aconteceu uma mudança na forma ver o mundo e *ser-no-mundo* desse viajante, o qual vê na paisagem a fonte de uma riqueza contemplativa, surgindo um novo tipo de experiência, a paisagem como experiência visível no mundo.

É a partir dessas relações da experiência humana no mundo, que surgiu o campo teórico que aborda a paisagem, por meio de uma perspectiva estética, como uma expressão cultural, na semântica adequada, em que alcançamos o conceito de “paisagem cultural” (SILVEIRA, 2009). Sendo assim, visualizar a paisagem como objeto de estudo torna-se um exercício precípuo, já que somos sujeitos na paisagem (BESSE, 2006), e, nessa ótica, a paisagem deixa de existir sem os sujeitos, pois se torna algo humano, uma fonte de informações a ser interpretada quanto a diversos propósitos: subsistência, questões de ordem econômica, social, política, ideológica, de poder, simbólica ou religiosa (HODDER, 1986).

Neste breve ensaio, serão abordados os distintos desdobramentos teóricos que houve na Arqueologia da Paisagem, ao longo das décadas, como também as suas diversas aplicações dentro do recorte arqueológico, ressaltando o seu importante papel para a análise arqueológica, em seus atuais desdobramentos teóricos.

2. PAISAGEM E ARQUEOLOGIA PROCESSUAL

Na primeira metade do século XX, o paradigma regente na arqueológica era conhecido como Histórico-Culturalismo (WEBSTER, 2008), mesmo com sua vigência, ao longo das décadas, começou a apresentar marcas viciantes de uma certa obsessão com estabelecimento de cronologias e comparações tipológicas (tempo e espaço sistemáticos) (WATSON, 2008), resultando em um exercício analítico da paisagem, conduzido de modo estritamente descritivo.

Tudo isso mudou com uma nova guinada teórica na arqueologia, o *Processualismo*, também chamado de “*New Archaeology*”. Esse referencial teórico possui o seu ponto inicial com a publicação de Lewis Binford (1962), em seu famoso artigo *Archaeology as Anthropology*. O movimento iniciado por Binford pretendia romper com as características de seu antecessor (Histórico-Culturalismo), visando a uma análise materialista/ecológica. A sua ideia era trabalhar, por meio dos *processos* envolvidos na mudança cultural, e não no desenvolvimento histórico, por isso, a designação de “*Arqueologia Processual*”, ou processualismo (ARAUJO, 2019).

Desta forma, surgiu um uso distinto do conceito de paisagem, que possui um foco mais ecossistêmico, ecológico-evolutivo, adaptativo (FAGUNDES e PIUZANA, 2010). Binford, em *Archaeology of Places* (1982), defende que o arqueólogo deve olhar para além do sítio, buscando os aspectos dos espaços topográficos em que se situariam os diferentes tipos de sítios, e os componentes de um sistema regional de assentamentos em que estariam distribuídos. Para David e Thomas (2008), nesse tipo de abordagem, há um reducionismo no que se refere a uma arqueologia da paisagem, que, nesse caso, envolveriam apenas relações entre assentamentos (lugares onde as pessoas viviam e realizavam atividades econômicas) e a sua subsistência.

Portanto, a Arqueologia Processual dominara dos 1960 a 1980 o cenário norte americano, de maneira geral, seus desdobramentos teóricos e analíticos “*focused on materialist, functionalist, technological, and economic processes, pursued within an explicitly deductivist, social scientific framework*” (WATSON, 2008, p 33). Tratou-se, em certa medida, de um eco das discussões antropológicas que buscavam maior cientificidade, atrofiando e manifestando uma mudança entre um paradigma já vigente de matriz Histórico-Cultural para algo novo, que buscasse, ao mesmo tempo, romper com a constância teórica já vigente e trazer respostas e aplicações próprias para a arqueologia.

Sob a ótica do processualismo, a Arqueologia da Paisagem se configura como um exercício analítico interdisciplinar, envolvendo diferentes áreas do conhecimento como Geografia, Geociências e Ecologia, com a finalidade de compreender as maneiras pelas quais os grupos humanos, ocuparam e modificaram a paisagem em função de suas práticas econômico-produtivas.

Um exemplo clássico desse tipo de abordagem foi no artigo "*Willow Smoke and Dogs' Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems and Archaeological Site Formation*" (1980) de Lewis Binford. O autor busca visualizar na sua análise sistemas de assentamento dos caçadores-coletores e como eles interagem na formação de sítios arqueológicos. Binford explora a maneira que os padrões de assentamento e o comportamento humano impactam e influenciam a forma como os sítios arqueológicos são formados e preservados ao longo do tempo. Ele discute como fatores como a mobilidade, a organização social e as práticas de subsistência dos caçadores-coletores podem afetar a distribuição e a preservação dos vestígios arqueológicos.

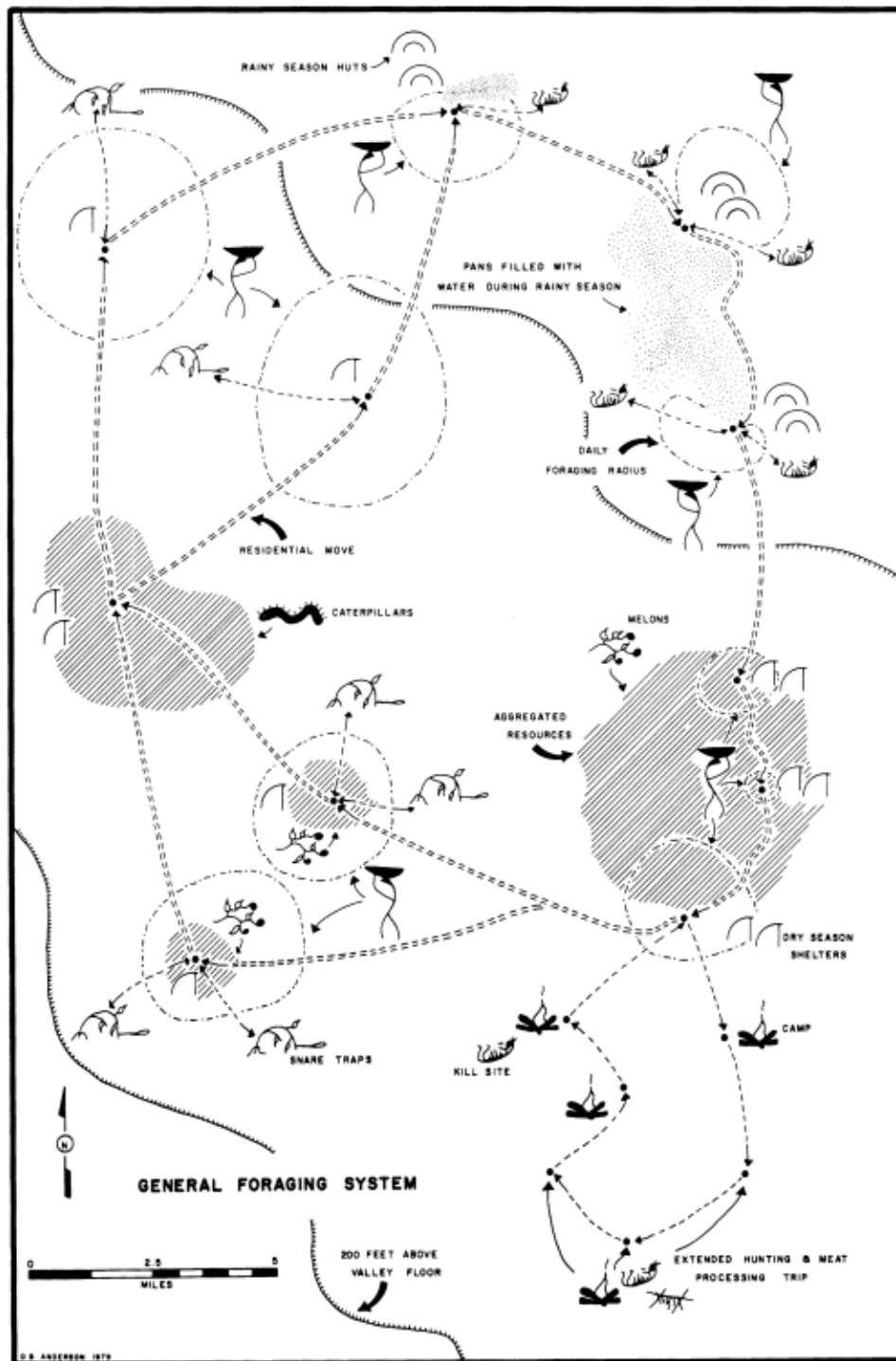


Figura 1 - Caracterização espacial de um forrageamento.
Fonte: (BINFORD, 1980, p. 45).

3. A ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM

A história do uso das palavras diz muito sobre o pensamento das épocas e as tendências científicas. No século XIX, a busca de grandes sociedades levava aos arqueólogos a utilização de “monumento arqueológico” e vez de “sítio”, o qual viria surgir nos escritos apenas no início do século passado (DUNNELL, 1992), o que denota o foco analítico por abordagens de grandes porções

geográficas e estudo de sociedades tidas como mais “complexas”. Somente após vinte anos da publicação de *Archaeology as Anthropology* (1962), a palavra “Arqueologia da Paisagem” começou a ser citada largamente, em trabalhos acadêmicos, ocorrendo uma certa unidade entre arqueólogos, deixando de ser uma análise do local do sítio, para se tornar um objeto (DAVID e THOMAS, 2008). Foi também nas últimas décadas, que se formou um novo corpo teórico na Arqueologia, o qual crítica a “ortodoxia” da arqueologia processual por parte, em especial, de arqueólogos anglo-saxões que possuíam fortes reações ao neopositivismo e empiricismo, imbuídos de um anti-cientificismo e do pós-modernismo (LYOTARD, 1984; SHANKS, 2008). Todo esse movimento ficou conhecido por Arqueologia Pós-Processual (SHANKS, 2008), o qual, agora, visava às questões de subjetividade individual, simbolismo e significado no recorte arqueológico, dominando os debates e o cenário intelectual da época (SOUZA, 2005; TRIGGER, 2006).

Para Souza (2005), diversos trabalhos, com destaque para os de Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, Mary Douglas e Michel Foucault, reposicionaram a percepção dos indivíduos, que até então eram considerados de certo modo como “passivos”, diante de seu meio e mudanças sociais, hoje, passando a visualizá-los como ativos no mundo. Dessa forma, tem-se percebido a paisagem como um fenômeno construído pelos indivíduos.

Esse novo viés permitiu que a paisagem, culturalmente determinada, fosse incorporada como objeto de exame pela Arqueologia, tornando-se um elemento passível de ser estudado como cultura material (SOUZA, 2005). Ademais, concebe-se a paisagem como um artefato lido, cuja ambivalência de sua natureza caracteriza-se por possuir um caráter passivo (como um produto das relações sociais) e um ativo (como um vetor de relações sociais), com o sujeito fazendo a paisagem e a paisagem fazendo o sujeito (BEZERRA DE MENEZES, 1983). Com o resultado desses desdobramentos, a Arqueologia da Paisagem passou a visualizar as topografias do social e do cultural (DAVID e THOMAS, 2008).

Souza (2005), asseverava que uma Arqueologia da Paisagem tem potencialidade de desenvolver profícuas reflexões sobre a forma como a paisagem infere nas configurações das sociedades, imprimindo valores, normatizando e influenciando comportamentos, legitimando e naturalizando desigualdades, bem como exprimindo resistência. Ao mesmo tempo em que a paisagem é tomada como um produto da cultura pela discussão, o significado da paisagem, para quem a constrói ou a ocupa, torna-se naturalmente um vetor de relações sociais, exercendo categorias de poder e territorialidade.

Um exemplo de análise da paisagem socialmente construída trata-se do trabalho do arqueólogo israelense Ofer Bar-Yosef em seu capítulo *Farming, herding, and the transformation of human landscapes in Southwestern Asia* (2008), no qual busca visualizar as mudanças nos padrões de

povoamento causadas pela Revolução Neolítica, bem como a percepção da paisagem de várias comunidades do Levante. Para o autor mudanças socioeconômicas e territoriais puderam gerar mudanças na percepção de paisagens distintas entre sociedades que surgiram em uma evolução bastante rápida. O surgimento de novos conceitos territoriais permitiu aos agricultores neolíticos incorporar o mar em suas pátrias ilimitadas, ou estendidas esferas de interação. A inclusão de diferentes paisagens como as altas montanhas em suas percepções territoriais possivelmente levou à criação de crenças de mundos comuns que mais tarde se tornou a base para cosmologias do Oriente Próximo.

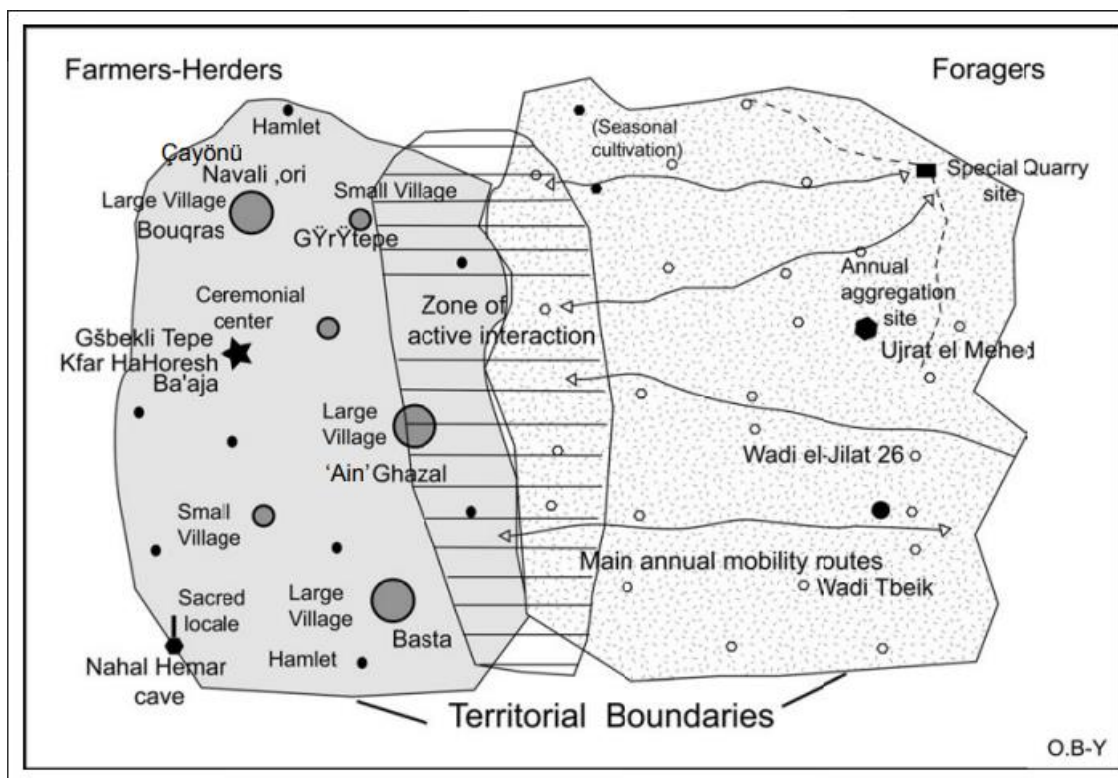


Figura 2 - Um modelo geográfico simplificado de interações territoriais entre agricultores e forrageadores.
Fonte: (BAR-YOSEF, 2008, p. 322).

4. PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Segundo David e Thomas (2008), Arqueologia da Paisagem é uma arqueologia que investiga como as pessoas visualizavam seus mundos, como se relacionavam mutuamente no espaço, e como manipulavam os seus arredores ou como eram afetados por eles. Atualmente, dentro do século XXI, a Arqueologia da Paisagem tem apresentado novos campos e, um deles trata-se da busca em analisar as dimensões espirituais contidas na paisagem, do ponto de vista dos nativos (DAVID e THOMAS, 2008), já que essas entidades espirituais que habitam a paisagem possuem capacidade de inferência simbólica e social. Tais análises se direcionam às cosmologias e aos rituais das populações tradicionais.

Ainda assim, a frase do livro de Eclesiastes “*não há nada de novo debaixo do sol*” pode ser aplicada em certa medida. Na historiografia, consideram a virada de datas marcantes como pontos de inflexão na história. No caso da virada do novo milênio, não houve algo tão distinto no cenário teórico dos trabalhos, como o pós-guerra foi no século passado. O que se apresenta são extensões desses diálogos, debates e aplicações de análises que vinham dos anos 90. Como análises da paisagem advindas da fenomenologia (HARRIS e CIPOLLA, 2017), que buscam enfoques que lidam com a paisagem e o corpo, isto é, a experiência humana na paisagem (BENDER, 2006), influenciadas pela obra de Christopher Tilley *A Phenomenology of landscape: paths, places and monuments* (1994).



Figure 3.20. Llech y Dribeidd looking south to Carn Ingli.

Figura 3 - Relação monumento megalítico com a paisagem montanhosa ao fundo.
Fonte: (TILLEY, 1994, p. 108).

Abordagens fenomenológicas da paisagem tem, naturalmente, resultado críticas fortes, “*the most controversial and contested areas in archaeological theory in the last 10 years*” JOHNSON, 2012, p 276), como as ásperas críticas de Andrew Fleming (2006). Para o autor, o hiper-relativismo resulta trabalhos de campos altamente questionáveis. E quanto mais solto são os textos, visando aspectos flertando com traços artísticos, mais frouxos são conexão do texto produzido com os dados e a interpretação arqueológica do campo (FLEMING, 2006).

Contudo, nem tudo tem sido conflitos. Winterbottom e Long (2006) utilizam uma combinação de SIG (Sistemas de Informação Geográfica) e análise de visibilidade e reconstruções de realidade virtual para examinar os ambientes de sítios de arte rupestre e um círculo de pedras em Kilmartin Glen, na Escócia. As inovações tecnológicas digitais abrem portas para descobrir novos métodos de apresentação e experiência de paisagens, incluindo o uso de vídeos peripatéticos (WITMORE, 2008).

Além da fenomenologia, há outras tendências que vem do século passado. Como o envolvimento da paisagem, arquitetura e cultura material (MCFADYEN, 2006; 2008; 2013), ou envolvendo a teoria da agência dos objetos de Alfred Gell (1998) ou Ingold (2008) especializadas, como o trabalho de Adrian Chadwick (2016) na Grã-Bretanha sobre a construção de grandes obras lineares de terra durante a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. Segundo o autor, essas estruturas são reavaliadas como agentes ativos, capazes de impactar a vida de seres humanos, animais e plantas, destacando a importância da materialidade e memória nesses espaços.

No Brasil, a Arqueologia da Paisagem, ao mesmo tempo que tem acompanhado as principais tendências globais, também tem estimadas suas próprias particularidades. Há uma série de trabalhos que têm sido realizados por uma ótica que se podem chamar processualistas, materialista/ecológico, como o de Fagundes e Piuzana (2010), que exploram os conceitos de *Estabelecimento* de Mauss; *Lugar* de Binford; e *Lugares Persistentes* de Schlanger. Ao mesmo tempo, existem aqueles que engendram um direcionamento maior ao pós-processualismo, no caso, a abordagem da indigeneidade das paisagens por William Balée (2008).

São apenas dois exemplos, numa miríade de abordagens em terras brasileiras, que são feitos, nas mais diversas regiões e temporalidades, antagonismos vistos como a análise da paisagem na guerra do contestado por Lino e Silva (2011); trabalhos como a de Beatriz Thiesen (2011) sobre a formação de paisagens, dinâmicas de poder e na criação de memórias, em Rio Grande; e a paisagem urbana do centro de São Paulo em 1809-1942, por Bueno (2016).



Figura 1: Croqui cartográfico da Vila de São Pedro do Rio Grande: 1750-1760
Fonte: Acervo da autora.



Figura 2: Representação do Porto de Rio Grande por Debret
Fonte: Acervo da autora.

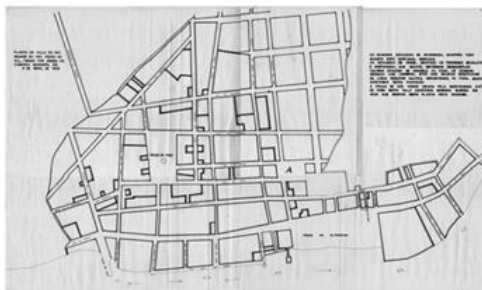


Figura 3: Cópia da Planta de 1829
Fonte: CDH/Furg.



Figura 8: Cassino dos Mestres. Edificação integrante da vila operária da Fábrica de Tecidos Rheingantz
Fonte: Internet (2010).

Figura 4 - Seleção de imagens que representam a evolução da representação de paisagem em Rio Grande/RS.
Fonte: (THIESEN, 2011, p. 146-152), imagem elaborada pelo autor.

5. DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS DE UMA INTEGRAÇÃO DE CONCEITO

Em muitas vezes, por meio de uma dialética, o humano realiza sua abstração do futuro por meio do passado. Nisso, muitos autores se debruçaram em prospectar as novas tendências de suas áreas por meio do domínio da bibliografia, como foi o caso do artigo do arqueólogo japonês Koji Mizoguchi: *A future of archaeology* (2015), ou, também, em projeção sobre o futuro das teorias arqueológicas *The future of archaeological theory* (2015), do inglês Julian Thomas. Em todo caso, essas visões futuristas, ou para usar outro termo, visões prospectivas, sempre acertam e erram, por questões óbvias da imprevisibilidade do futuro e do caminhar da ciência, como foi o caso do artigo *Why Indiana Jones is smarter than the post-processualists* (1993).

Contudo, ao seguir o conselho da Esfinge presente na tragédia grega de Édipo Rei, opta-se por não olhar para o futuro, concentrando-se no presente, no seu estado atual.

E no momento (primeiras décadas do século XXI) é notório que vigoram distintas arqueologias da paisagem, e que não existe um tipo de abordagem que englobe, em todos os níveis, as diversas paisagens apresentadas e defendidas/usadas por vários autores. Já que sua complexidade torna inalcançável para uma análise que amalgamasse todas as tendências em uma única abordagem. E discutir essa pluralidade teórico-metodológica, trata-se algo importante, não obstante um grande desafio. Em todo caso, de fato existe novas tendências, que não existiam cinquenta anos atrás, por exemplo, o âmbito virtual, que interage desde a fenomenologia da paisagem até com seus aspectos mais físicos dela. Porém, a busca de uma integração a nível teórico-metodológica, não implicaria apenas na mera sobreposição, mas numa abordagem holística, algo que ainda não emergiu.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como área de estudo, é preciso considerar a Arqueologia da Paisagem como uma ferramenta imprescindível, cujo destaque não se limita apenas à ciência arqueológica, mas, sim, a uma ferramenta para a compreensão do ser humano, que, uma vez existindo, passa a habitar em determinado espaço/lugar, em que o humano assume a posição de modelado e modelador, em uma perspectiva fenomenológica.

Ao observar esse panorama, presume-se que o rompimento com essas duas tradições teóricas, vagamente abordadas neste texto, com as respectivas considerações sobre suas dissimilaridades que compreendem o ambiente físico e o ambiente simbólico, perfará várias décadas ainda, até novas perspectivas contributivas no que concerne a abordagens da Arqueologia da Paisagem.

Afinal, a *realidade objetiva*, permeada por leis físicas e a *realidade subjetiva*, que se expressa por meio dos símbolos, não podem ser desconsideradas. Sendo assim, por mais que surjam novas perspectivas contributivas nas abordagens da Arqueologia da Paisagem, os aspectos objetivos (físico)

e subjetivos (simbólicos) serão permanências recorrentes, por serem parte da realidade existencial humana, já que somos – para além da dualidade cartesiana – simultaneamente corpos e significados.

REFERÊNCIAS

AUBERT, M. *et al.* Palaeolithic cave art in Borneo. **Nature**, v. 564, n. 7735, 2018.

ARAÚJO, A. G. M. Geoarqueologia em sítios abrigados: processos de formação, estratigrafia e potencial informativo. In: **Geoarqueologia: teoria e prática**. Goiânia: UCG, 2008.

ARAÚJO, A. G. de M. **Por uma arqueologia cética: ontologia, epistemologia, teoria e prática da mais interdisciplinar das disciplinas**. São Paulo: Apriss Editora, 2019. 131p.

ARRAES, E. Natureza, Paisagem e Cidade nos escritos de Goethe. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. 15., 2018. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2018. p. 3-5.

BALÉE, W. Indigeneidade das Paisagens. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 9-23, 2008.

BAR-YOSEF, O. Farming, herding, and the transformation of human landscapes in Southwestern Asia. In DAVID, B.; THOMAS, J. (Ed.). **Handbook of landscape archaeology**, New Yourk: Routhedge, 2008.p. 315-327.

BESSE, J. M. **Ver a Terra**. Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006. 120p.

BEZERA DE MENESES, U. O estudo da cultura material nas sociedades antigas. **Revista de história, Nova Série**, n. 115, p. 110-113, 1983.

BINFORD, L. R. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, v. 28, n. 2, p. 217-25, 1962.

BINFORD, L. R. Willow Smoke and Dogs' Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems and Archaeological Site Formation. **American Antiquity**, v. 45, n. 1, p. 4-20, 1980.

BINFORD, L. R. The Archaeology of Place. **Journal of Anthropological Archaeology**, n. 1, p. 5-31, 1982.

BITENCOURT, A. L. V.; KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze expansion during the late Holocene. **Revista Brasileira de paleontologia**, v. 9, n. 1, p. 109-116, 2006.

BINTLIFF, J. Why Indiana Jones is smarter than the post-processualists. **Norwegian archaeological review**, v. 26, n. 2, 1993.

BUENO, B. P. S. Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, p. 99-130, 2016.

CHADWICK, A. 'The Stubborn Light of Things'. Landscape, Relational Agency, and Linear Earthworks in Later Prehistoric Britain. **European Journal of Archaeology**, v. 19, p. 245–78. 2016.

DAVID, B. e THOMAS, J. Landscape Archaeology Introduction. In: DAVID, B.; THOMAS, J. (Ed.). **Handbook of Landscape Archaeology**. New Yourk: Routhedge, 2008. p. 27-39.

DUTTON, D. **The Art Instinct: Beauty, Pleasure, and Human Evolution**. Bloomsbury Press, 2010. 282p.

FAGUNDES, M.; PIUZANA, D. Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p 205-217, 2010.

GELL, A. **Arte e Agência**. São Paulo: Editora Umbu, 2018. 400p.

GOETHE, J. W. V. **Os sofrimentos do jovem Werther**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 200p.

GOETHE, J. W. V. **Viagem à Itália**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 594p.

HARRIS, O. J. T.; CIPOLLA, C. **Archaeological theory in the new millennium: introducing current perspectives**. Taylor & Francis: Routledge, 2017. 238p.

HODDER, I. **Reading the Past**. Cambridge: Cambridge Press, 1986. 208p.

INGOLD, T. W.; ANT M. Social Theory for Arthropods. In: KNAPPETT, C.; MALAFOURIS, L. (Eds.). **Material Agency: Towards a Non-Anthropocentric Approach**. New York: Springer, 2008.

JOHNSON, M. Phenomenological Approaches in Landscape Archaeology. **Annual Review of Anthropology**, v. 41, p. 276, 2012.

LINO, J.; SILVA, E. Paisagem aliada, paisagem inimiga: arqueologia, história e natureza na guerra do contestado. **Revista Tempos Históricos**, v. 15, p. 179-204, 2011.

LYOTARD, J-F. **The Postmorden Condition: A Report on knowledge**. Manchester University Press, 1984. 95p.

MCFADYEN, L. Material culture as architecture. **Journal of Iberian Archaeology**, v. 8, p. 91-102, 2006.

MCFADYEN, L. 2008. Building and Architecture as Landscape Practice. In: DAVID, B.; THOMAS, J. **Handbook of Landscape Archaeology**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008. p. 307–14.

MCFADYEN, L. Designing with Living: A Contextual Archaeology of Dependent Architecture. In: ALBERTI, A. M. **Archaeology after Interpretation: Returning Materials to Archaeological Theory**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2013. p. 135–50.

MIZOGUCHI, K. A future of archaeology. **Antiquity**, v. 89, n. 343, 2015.

PLEGER, W. **Manual de antropologia filosófica: Os conceitos mais importantes de Homero a Sartre**. São Paulo: Ed. Vozes, 2019. 440p.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 7, p. 79-85, 2003.

SHANKS, M. Post-processual archaeology and after. BENTLEY, R. A.; MASCHNER, H. D. G.; CHIPPINDALE, C. (Ed.). **Handbook of Archaeological theories**. Rowman e Littlefield: AltaMira Press, 2008. p. 133-146.

SILVEIRA, F. L. A. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: CANCELA, C. D.; SILVEIRA, F. L. (Orgs). **Paisagem e Cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade**. Belém: UDUFPA, 2009. p. 71-83.

SOUZA, A. C. Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. **HABITUS**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 294-298, 2005.

THOMAS, J. The future of archaeological theory. **Antiquity**, v. 89, n. 348, 2015.

TILLEY, C. **A Phenomenology of landscape: paths, places and monuments**. Oxford: Berg, 1994. 224p.

TRIGGER, B. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora Ltda, 2006. 630p.

WATSON, P. J. Processualism and after. In: BENTLEY, R. A.; MASCHNER, H. D. G.; CHIPPINDALE, C. (Ed.). **Handbook of Archaeological theories**. Rowman e Littlefield: AltaMira Press, 2008. p. 33.

WEBSTER, G. S. Culture history: a culture-historical approach. BENTLEY, R. A.; MASCHNER, H. D. G.; CHIPPINDALE, C. (Ed.). **Handbook of Archaeological theories**, Rowman e Littlefield: AltaMira Press, 2008. p. 11-27.

WILSON, L. The role of geoarchaeology in extending our perspective. **Geological Society**, London, v. 352, n. 1, 2011.

WINTERBOTTOM S. J.; LONG D. From abstract digital models to rich virtual environments: landscape contexts in Kilmartin Glen, Scotland. **J. Archaeol.**, v. 33, n. 10, p. 1356-1367, 2006.

WITMORE C. L. Four archaeological engagements with place: mediating bodily experience through peripatetic video. **Visual Anthropol.**, v. 20, n. 2, p. 57-72, 2008.